



Em **S**ociedade

Devires dissidentes e corpos indigestos: as existências negras e LGBTQTs como respostas ao desejo duplo de destruição da branquitude cisheteronormativa

*Thiago Teixeira*¹

¹ Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas e Professor da Plataforma Feminismos Plurais. Mestre em Filosofia pela FAJE. Doutorando em Ciências Sociais pela PUC Minas. Autor do livro *Inflexões éticas*. | thiagoteixeiraf@gmail.com



Resumo

O processo constitutivo das subjetividades é associado às dinâmicas de poder. Nessa relação, isto é, entre o poder que potencializa o vir a ser dos sujeitos e as suas ações concretas no mundo, se interpõem as insígnias de legitimação ou não do que é lido e retroalimentado como vida. Pensar a construção dos devires dissidentes é enfrentar, de modo profundo, as estruturas de exclusão e de subalternidade que constantemente demarcam os espaços políticos entre o sujeito versus a norma. Colocamos em evidência as estruturas de branquitude e cisheteronormatividade como grandes tecnologias de poder que articulam as consciências e, mais, que estabelecem a métrica da possibilidade no jogo político. Tratamos, a partir de uma perspectiva reativa, das conversões políticas, ou seja, da manifestação de corpos, que, embora sejam consumidos no seu lugar constituído como subalterno, se rebelam e se tornam indigestos.

Palavras-chave: Branquitude. Lgbtfofia. Devir. Subjetividade. Insurreição.

Abstract

The constitutive process of subjectivities is associated with power dynamics. In this relation, that is, between the power that potentiates the becoming of the subjects and their concrete actions in the world, the insignia of legitimation or not of what is read and fed as life are interposed. To think about the construction of dissident becomings is to confront, in a profound way, the structures of exclusion and subordination that constantly demarcate the political spaces between the subject versus the norm. We highlight the structures of whiteness and cerneteronormativity as great power technologies that articulate consciousness and, moreover, that establish the metric of possibility in the political game. From a reactive perspective, we deal with political conversions, that is, with the manifestation of bodies, which, although consumed in their constituted subaltern place, rebel and become indigestible.

Keywords: Whiteness. LGBT Phobia. Becoming. Subjectivity. Insurrection.



1 INTRODUÇÃO

O vir a ser indica um processo complexo de integração com a realidade. Nesse sentido, o *dever* diz respeito ao movimento, à constituição e ao empreendimento contínuo de existir no mundo através dos elementos de integração do sujeito com a realidade. Devemos, contudo, chamar a atenção para os elementos constitutivos do que compreendemos, nesse processo, por sujeito e, ao mesmo tempo, para que sejamos capazes de pensar a margem, ou o que é consolidado como *o outro*, como um efeito inerente à construção restritiva de um mundo hierarquizado e mantido, sobretudo, por meio dos processos simbólicos, valorativos, midiáticos e epistêmicos.

Quando pensamos na constituição do que é reconhecido como sujeito, nós somos inclinados a considerar dois pontos nucleares: a) inicialmente, devemos dissecar a categoria de subjetividade e como ela se articula; b) a posteriori, perceber que essa categoria de sujeito está diretamente ligada aos modelos de percepção de si mesmo, do outro e do mundo circundante e, por vezes, ventila a banalização dos corpos, narrativas e cosmovisões que são forjadas à margem dessa subjetividade norma e dos seus artefatos de manutenção de poder.

Pensar o que é apresentado, nas tessituras de um discurso hegemônico, como norma é compreender as estruturas que se apresentam de múltiplas formas e que, a partir de insígnias específicas, anunciam os que são lidos com vidas, em detrimento daqueles que não são. Nós trazemos aqui duas grandes estruturas que potencializam o discurso do que é vivo e, ao mesmo tempo, “naturalizam” o esvanecimento do corpo, da narrativa e da presença dos que são forjados como subalternos: a branquitude e a cis-heteronormatividade.

Ao lançarmos luz sobre essas duas grandes estruturas de poder e, ao mesmo tempo, considerar que elas transitam pelos corpos e pelas ações concretas desenhando as relações numa oposição cadenciada entre o nós e os outros, não queremos em tempo algum desconsiderar as outras máquinas de destruição que articulam com branquitude e cis-heteronormatividade — pois fazê-lo seria, no mínimo, uma desonestidade —, mas fazemos esse recorte para entender os arranjos pelos quais pessoas negras e LGBTQs são alocadas numa engenharia dupla de destruição: elas não são brancas e, ao mesmo tempo, escapam, em muitos casos, da cisgeneridade e da heteronormatividade.

Antes de falarmos desse lugar de “desmoronamento da alteridade”, nos termos de Achille Mbembe (2019, p. 18), nós queremos retomar a discussão acerca da constituição da



subjetividade e dos modelos pelos quais ela se articula com o mundo, reconhecendo ou não os outros. Nesse sentido, nos aproximamos de Judith Butler em duas de suas obras: *Quadros de guerra: quando a vida é passível ao luto?* e *A vida psíquica do poder*. Pontualmente, nesses textos identificamos uma composição da realidade do sujeito atrelada a um processo de poder ambivalente: o *enquadramento* e o *assujeitamento*.

De acordo com o raciocínio de que a sujeição é tanto a subordinação quanto o dever do sujeito, o poder é, como subordinação, um conjunto de condições que precedem o sujeito, que o efetuam e o subordinam desde o princípio. Essa formulação vacila, no entanto, quando consideramos que não há sujeito anterior a sua efetivação. O poder não só *age sobre* o sujeito, como também, em sentido transitivo, *põe em* ato o sujeito, conferindo-lhe existência. No entanto, o poder perde a sua aparência de prioridade quando é exercido pelo sujeito, uma situação que dá origem à perspectiva inversa de que o poder é efeito do sujeito, de que é algo que os sujeitos efetuam. Uma condição não pode possibilitar ou converter em ato sem que esteja presente. Como o poder não existe intacto antes do sujeito, a aparência de sua prioridade desaparece conforme ele age sobre o sujeito e o sujeito é inaugurado (BUTLER, 2017, p. 22, grifos da autora).

Nós nos tornamos sujeitos no instante em que ingressamos em um mundo que nos envolve, que nos possibilita pensá-lo, falar sobre ele e sobre nós mesmos. A constituição da nossa subjetividade é marcada pelos processos discursivos de poder que a tornam viável. Nesses processos, as molduras do mundo se formam, inclusive os enquadramentos que nos permitem dizer sobre nós mesmos e sobre os outros. Queremos dizer que a consciência de si, no mundo, ou o tornar-se sujeito, se dá num processo de imersão no mundo que nos ensina, desde muito cedo, o que é ser sujeito, ou não.

O fato é que não recorremos simplesmente as normas de reconhecimento únicas e distintas, mas também as condições mais gerais, historicamente articuladas e reforçadas “de condição de ser reconhecido”. Se nos perguntamos como se constitui a condição de ser reconhecido, assumimos, por meio da própria questão, uma perspectiva que sugere que esses campos são constituídos variável e historicamente, de modo independente de quão apriorística seja sua função com condição de aparição. Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre os sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento [...] Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede ao reconhecimento. (BUTLER, 2015, p. 18-19).

Enquanto traços constitutivos e ambivalentes de poder, as normas se entranham em nós e, num processo contínuo, criam uma interioridade e desenham as insígnias de normalidade, legitimidade e subjetividade. Todas essas marcações pressupõem, em outra



lente, uma margem, uma determinação do que, à distância, não pode ser reconhecido como vida.

Nesse sentido, os processos de enquadramento do que pode ou não pode ser reconhecido forjam o nosso olhar e, mais, articulam o mundo numa economia bélica, sobretudo em relação ao que é retroalimentado como subalterno.

Essa lógica de destruição força, de modo reiterado e ostensivo, uma atmosfera de destruição. Essa engenharia de decomposição do que é marcado como exceção possui, entre outros fatores, as insígnias da branquitude e da cis-heteronormatividade. Nessa disposição, as formulações que demarcam o nosso olhar para reconhecer, ou não, o que pode ser determinado como sujeito está num processo contínuo de entrecruzamento desses sistemas que, de modo restritivo e perverso, desenham quais existências são designadas como vida, em detrimento das que não são.

A composição das subjetividades está associada ao processo constitutivo dos sujeitos. Logo, tornar-se sujeito é, de modo significativo, constituir-se num processo desenhado para que pensemos as lógicas que permitem, legitimam e fundamentam os nossos olhares. Ao designarmos os modelos pelos quais pensamos e interpretamos o mundo, devemos nos ater aos processos ideológicos que constroem as consciências e, ao mesmo tempo, o mundo que nos circunda. Embora a ideologia seja um argumento completamente esvaziado em nossos dias, precisamos esclarecer que grupos subalternos não produzem discursos ideológicos.

Por ideologia pensamos os complexos descritivos, normativos, simbólicos e representativos que dão vida ao mundo que é retroalimentado através das máquinas de poder. Essas tecnologias de poder se tornam eficazes no instante em que produzem formas de pensar, de sentir e de perceber a realidade. Os modelos ideológicos que operam como discursos de legitimidade estão atrelados às composições de subjetividade que se colocam, através de suas insígnias de poder e de destruição, como normas. Dentre as inúmeras composições deste braço destrutivo, nós destacamos o racismo e a LGBTfobia. Ao pensarmos, por exemplo, o racismo como mecanismo ideológico, nos aproximamos de Silvio de Almeida, em sua obra *Racismo estrutural*.

Não estariam os programas de televisão, as capas de revistas e os currículos escolares somente retratando o que de fato é a realidade? Na verdade, o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca das pessoas negras. *A ideologia, portanto, é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da realização que temos com essas relações concretas.* (2019, p. 66, grifo do autor)



Na mesma lógica e, mais, atrelada também às questões raciais, a cis-heterossexualidade compulsória inscreve os corpos num lugar de destino. A narrativa que, a partir de si, deseja regular corpos e circunscrevê-los no lugar da “normalidade”, utiliza de inúmeros instrumentos para disseminar os seus efeitos nefastos de normalidade *versus* a margem que pode ser designada ora pela depravação moral, ora pela patologização de sua condição.

Ao compreendermos que os sujeitos se dão num processo constitutivo e discursivo e, mais, no instante em que consideramos que os corpos existem no intramundo das estruturas sociais, linguísticas e tecnológicas, percebemos que a realidade ou não desses corpos está diretamente ligada aos efeitos de manutenção ou de oposição com um núcleo. Esse núcleo ontológico é descrito, por vezes, na junção masculinidade e poder. Nesses termos, a validação dos gêneros e dos sexos e, em outra lente, a invalidação das mesmas categorias diz respeito aos modelos *andro(cis)heterocêntricos* que se interpõem entre os corpos, em situação.

2 OS CORPOS, O CONTROLE E O IDEAL DE NORMALIDADE

Os valores que normatizam os corpos operam num processo sistemático e silencioso de dominação, controle e perfilamento. O sexo e o gênero acompanham a lógica que provisoriamente aparece para todos nós e que, num processo sistemático, aloca a todos e todas nesse lugar de centralidade, pelo menos de forma virtual. O que ocorre é que, esse núcleo, e o seu ideal de normalidade não comporta a todos e todas, justamente por ser uma ideia, uma vontade vazia, um delírio.

Os corpos (inclusive na discussão sobre o sexo e sobre o gênero), nesse sentido, são fabricados em processos tecnológicos. O gênero e o sexo acontecem a partir de um sistema normativo instituído e que, a partir de “convecções, normas sociais, e práticas institucionais” (PRECIDADO, 2018, p. 121) fazem com que os sujeitos performem o que, nos limites desses espaços políticos, é considerado reconhecível.

Algo que os fundamentalistas, todos eles, desejam colocar numa região natural, mas que tampam os olhos no processo contínuo de vigia para manter a ordem sobre os corpos, exatamente porque o que eles requisitam como “normal” deve ser mantido sob os olhares



atentos. Não esqueçamos, por exemplo, das vezes em que escutamos imperativos como “sente como uma garota”, “não chore! Isso não é coisa de homem” ou “se você continuar a se comportar dessa forma, não será escolhida por alguém decente”.

Cenas como essas indicam que a constituição do nosso corpo é constantemente orquestrada num processo de repetição. Ela, a repetição, cria o efeito de identidade. Nesse processo, a unidade requisitada não tem outra função a não ser se interligar aos nossos corpos dando-lhes sentido e requisitando que as suas ações reproduzam ideais de “naturalidade” almejados.

Ao pensarmos que os processos de normatização do corpo, da vida e das possibilidades no que diz respeito à raça e ao gênero e à sexualidade estão estreitamente atrelados aos indicadores de normatização, somos tensionados a considerar que raça e cis-heteronormatividade desenham os lugares políticos e se enraízam e vingam nas tessituras sociais, fecundando exceção, exclusão e morte.

As dimensões que determinam, a partir desses lugares, o que é norma, criam uma identidade que se repete e que não prevê, por se pretender essencial, sua antítese. Ela, a oposição, é lida, descrita e desejada como acidente e, nessa lógica, ou seja, de uma determinação universal, abstrata e incorpórea que diz o sujeito válido, o excesso é abjeto, desprezível e descartado por sua dimensão hierarquicamente inferior.

É possível que identifiquemos que as “ideologias sexuais da última parte do século XIX apresentavam a pessoa negra — “o feroz selvagem” — como situada abaixo da branca na escala evolutiva: mais próxima das origens da raça humana; isto é, mais próxima da natureza” (LOURO, 2019, p. 73-74). Raça e sexualidade aparecem nas cenas políticas como mecanismos de poder que se entrecruzam, e isso fica claro, por exemplo, quando recordamos o *apartheid* e a política de proibição de relações inter-raciais, a política higienista do século XIX no Brasil que usufruiu os corpos das mulheres negras para a realização do seu projeto nefasto de clareamento da população, e quando tratamos das disputas viris entre homens brancos *versus* homens negros que, cotidianamente, são requisitados na performance da hipersexualidade e dos estereótipos que incidem de forma violenta, inclusive sobre homens negros e gays e mulheres lésbicas. É preciso grifar também o racismo estrutural que potencializa os lugares de subalternidade e de apagamento forjados para mulheres trans, travestis e para homens trans.



Assim como as mulheres negras (cis e trans) foram invisibilizadas e ainda são em diversas esferas desta sociedade, nós, os homens trans, ainda permanecemos invisíveis socialmente, e essa invisibilidade pode estar ligada diretamente à construção de uma masculinidade hegemônica pautada na cis-heteronormatividade, sustentada pelo determinismo biológico que legitima somente um tipo de corpo: o corpo cis munido de falo a partir da lógica binária, branca e heterossexual. (SANTANA, 2019, p. 95).

No instante em que aproximamos essas grandes forças constitutivas e, ao mesmo tempo, excludentes, compreendemos o que nós inicialmente chamamos de devir dissidente. Esse vir a ser que se desdobra das forças de centralidade cria, a partir de si, os efeitos de margem, abjeção e, de modo simbólico ou objetivo, de morte.

As insígnias de diferença que demarcam os que são forjados fora dos espaços de legitimidade do poder, do discurso, do conhecimento, do afeto e da crença, são alicerçadas na dimensão nuclear de um sujeito normativo branco e cis-heteronormativo. Sua percepção sobre a realidade desencadeia uma onda de degradação circular. O seu corpo, a sua narrativa e as suas cosmovisões aparecem como uma descrição unilateral do mundo e se retroalimentam numa técnica permanente de destruição.

As forças que mantêm os lugares de poder supostamente se tornam rígidas e naturalizadas, pois são incutidas como valores necessários e supostamente intransponíveis. Os discursos que pretendem reforçar a centralidade do sujeito que pensa a si como hegemônico está na moral, na norma, na mídia, na religião etc.; todos esses elementos são constantemente absorvidos por uma narrativa de igualdade absoluta.

2.1 A QUEBRA DA IGUALDADE ABSOLUTA

Nessa suposta igualdade absoluta se encontram as grandes forças de aniquilação das diferenças, inclusive as falsas e bélicas noções de que nós somos “todos iguais” ou de que “somos todos humanos”. Nessa dinâmica do eu versus o outro — que deve ser aniquilado — as nossas diferenças são cotidianamente solapadas dos campos de percepção e de legitimidade. O “pacto narcísico” (RIBEIRO, 2019, p. 80) da branquitude e da cis-heteronormatividade é genocida. A manutenção dessas ideologias numa região intacta e regada a sangue, faz com que pessoas negras e LGBTQs sejam privadas dos lugares de prestígio moral, político e social, que os números de violência contra essas populações sejam,



no Brasil, superiores às regiões de guerra e que o sangue dessas comunidades seja bebido para brindar um projeto político de destruição.

A morte passa a ser o grande elo entre o sujeito hegemônico e os corpos constituídos, na teia dos discursos de poder, como subalternos. A distância, a vida do outro é relativizada, expropriada de sentido e de prestígio moral, sobretudo quando tratamos dos estereótipos como construções de ontologias estanques, e a sua vulnerabilidade é elevada à máxima potência. As técnicas de destituição da vida, como sinaliza Achille Mbembe (2019, p. 20), fazem com que a existência do outro seja significada numa instância do “devir-objeto”. O processo de desumanização desencadeado pelas ideologias de destruição que emanam do sujeito norma faz com que os forjados como abjetos, numa lógica de restrição e dominação, sejam absorvidos por uma indústria da morte. Nesse projeto de aniquilação o corpo, a consciência e o estatuto de sujeito político são negados aos que, reiteradamente são alocados fora do centro político, leia-se pessoas negras e comunidade LGBT+.

Morte e luto deixam de ser, nesse contexto, categorias observadas numa dimensão privada e passam a descrever as cenas políticas e a construção de um mundo polarizado, chapado e cioso de que os efeitos de supressão da vida que se manifesta na diferença, seja silenciada. Podemos pensar, orientados por Judith Butler, que o luto está associado aos corpos que são anunciados como legítimos, e que nos lugares públicos são assimilados, reconhecidos e, por isso, se tornam inaptos a sofrer violação. Ao contrário, os corpos subalternos, repetidamente narrados como passíveis à destruição, têm a sua vulnerabilidade publicizada e chancelada fora dos lugares de humanidade. Assim, o luto não os toca, e a sua existência é deliberadamente violada em nome de uma “noção normativa do humano” (BUTLER, 2019, p. 53).

A vida, o corpo, a narrativa e a cultura dos grupos constituídos como subalternos, são engolidas pelos sujeitos norma, branco e cis-hetero. Podemos dizer que, de algum modo, o seu desejo por destruição é antropofágico. As estruturas de branquitude e de cis-heteronormatividade se alimentam dos corpos, do sangue e da alma de negros, negras, mulheres, gays, lésbicas, homens e mulheres trans, por exemplo. O seu desejo de poder é ambivalente: a) ele insiste em afirmar a si mesmo através de um centro que marca e exclui; b) o seu prazer está em consumir os corpos que, à margem, se tornam inexpressivos. Lemos essa “solução antropofágica” (FOUCAULT, 2015, p. 3), no instante em que nos deparamos com a tentativa recorrente de neutralidade e absorção da vida, dos discursos e da identidade das



peessoas negras e LGBTs. O sujeito norma e a estrutura que ele sustenta se materializam nas ações, aliás, aqui está a eficácia de sua manipulação ideológica, compor consciências, ações e relações, num jogo ininterrupto de destruição do que difere, pois ele “acha feio o que não é espelho”, isto é, não só acha feio, considera digestivo.

Docilizados, silenciosos e mantidos num jogo de autonegligência, os corpos construídos como subalternos, estão, no *locus* das estruturas de violação, submetidos ao destino de aniquilação. Consumidos pelo sujeito norma e capazes de satisfazer seu desejo egóico, supremacista e moralista, os corpos abjetos estariam numa compreensão supostamente inferiorizada, inclinados ao abismo da morte. Eles se tornaram existentes a partir da antinorma, por isso devem se encaixar ou ser destruídos.

No entanto, um processo de quebra e subversão ética faz com que, ao longo dos tempos, os que são silenciados requisitem a partir de si, do seu lugar subalterno e compreendido como desprezível, a quebra dos estatutos de afonia. Como aponta Paco Vidarte (2019, p. 62) em seu texto *Ética Bicha*, estamos constantemente diante de “conversões políticas”, ou seja, um processo pelo qual os sujeitos subalternos ressignificam o lugar do silêncio pelo da fala, o lugar da inação pela ação, e o lugar da subserviência pelo vínculo com o mundo através da subversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No instante em que pessoas negras, incorporando a sua diversidade, ocupam as universidades, produzem conhecimento, ocupam lugares de poder e reordenam o imaginário colonizado que os incute numa desumanidade inconteste e afirmam, a partir de si, do seu lugar de afirmação e de tensão a novas lentes para compreender a realidade, longe das “histórias únicas” (2019, p. 11), para lembrarmos Chimamanda Ngozi, o maquinário de morte que funcionava com toda eficácia é quebrado.

Quando a comunidade LGBT também se apropria das tecnologias de poder, afirma seu afeto, sua vida, seu corpo, a sua fé e a sua possibilidade de existir, uma fissura se manifesta no biopoder centralizado no sujeito norma, ou seja, ele perde a legitimidade de determinar vida e morte, a partir de si. Esses processos de afirmação das identidades negras e LGBTs ocorrem numa dinâmica interseccional, ou seja, existem pessoas negras LGBTs, pessoas negras que não são LGBTs e pessoas LGBTs que não são negras.



A composição de uma realidade política que se estruture na afirmação das diferenças e no combate sistemático às estruturas que normatizam a violência contra negros e LGBTQs, torna esses corpos, ditos com dissidentes, **fora do lugar de neutralidade, absorção e consumo**. A reação, a conversão política e a compreensão de si como sujeito e como grupo (heterogêneo) de subversão, faz com que o desejo antropofágico do sujeito norma seja impedido, pois ele não consegue consumir *o outro* que se manifesta e que, ao afirmar-se como sujeito ou como grupo político, se torna indigesto.

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu e Arnaldo Marques da cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: teorias da sujeição**. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: sexo, droga e biopolítica na era farmocopornográfica**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: companhia das letras, 2019.

SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. In: **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (Org.). São Paulo: Ciclo Contínuo Editoria, 2019, p. 95-104.

VIDARTE, Paco. **Ética Bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ**. Tradução de Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. São Paulo: n-1 edições.